



Cleber de Souza Marinho de Medeiros

**ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS:
DESAFIOS E DIFICULDADES DO INGRESSO DE SEUS
EGRESSOS NA UNIVERSIDADE E NO SERVIÇO PÚBLICO**

FORTALEZA
2009



Cleber de Souza Marinho de Medeiros

**ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS:
DESAFIOS E DIFICULDADES DO INGRESSO DE SEUS
EGRESSOS NA UNIVERSIDADE E NO SERVIÇO PÚBLICO**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Administração Judiciária da UVA (Universidade Vale do Acaraú), em parceria com ESMEC (Escola Superior de Magistratura do Estado do Ceará), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista.

Orientador: Edilson Baltazar

FORTALEZA
2009

**ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA
DO ESTADO DO CEARÁ – ESMEC**

Curso de Especialização em Administração Judiciária

**TÍTULO DO TRABALHO: ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: DESAFÍOS
E DIFICULDADES DO INGRESSO DE SEUS EGRESSOS NA
UNIVERSIDADE E NO SERVIÇO PÚBLICO**

AUTOR: Cleber de Souza Marinho de Medeiros

DEFESA EM: ___/___/___ CONCEITO OBTIDO: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edilson Baltazar
Orientador

Prof. Ms. João Paulo Braga Cavalcante
Examinador

Prof. Ms. Edwilson Soares Freire
Examinador

Este trabalho é dedicado aos meus Colegas e Professores, em especial ao Professor Edilson Baltazar pelos grandes incentivos e por sua filosofia de prestação de serviços à humanidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me concedeu o dom da vida e a graça de ter nascido um ser humano em condições físicas e intelectuais normais.

Agradeço à professora Maria Ivete, pela força, compreensão e dedicação contínua, que como grande Mestre, indicou-me os caminhos a serem percorridos.

À minha professora Neila Lima, por ter me acompanhado sempre com sua amizade, companheirismo, uma presença prazerosa e sem limites.

À Professora Maria de Fátima Araújo Ponte Silva, pelo imenso apoio que tem me dado.

Ao mais novo Mestre, Tobias Vasconcelos, pelo grande aprendizado, e desafios a que me tem submetido.

Finalmente, com muito carinho e afeto à minha família, em especial ao meu irmão que por muitas vezes me espelha para ir em frente nos desafios do conhecimento científico.

A educação é um ato de amor e, portanto, um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade; não pode fugir a discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo propõe demonstrar, de forma introdutória, os caminhos da história dos modelos pedagógicos adotado no Brasil, e de modo particular, sua influência no resultado do ensino aprendido da escola pública. Sob um ângulo específico, nos dispomos a examinar a prática de ensino aplicada na escola, hoje, e identificar de maneira sintética e necessariamente aproximada, o que leva a escola pública, a ser considerada “ineficiente”. Optamos, metodologicamente, por um estudo de natureza bibliográfica, partindo da produção de autores como SANTOS (2005), ROMANELLI (1980), SAVIANI (1985), entre outros. Buscamos pesquisar, sobre o nível de aproveitamento das escolas públicas, no ingresso ao serviço público, de um modo particular, o concurso do Poder Judiciário (2002), e de forma relativa, o vestibular da UFC (Universidade Federal do Ceará), e revelar, os índices de aprovação. Vale salientar que em nosso entendimento, mesmo com o avanço da didática no Brasil, a criação de programas de avaliações e acompanhamentos, dentre outros resultados alcançados até hoje, sinalizam que a escola pública, sofre sérias conseqüências, em virtude das políticas públicas implementadas e da estrutura da prática social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
O objeto e o encontro com o pesquisador.....	10
Nosso objeto de estudo e seu contexto.....	13
OBJETIVOS.....	14
Objetivos gerais.....	14
Objetivos específicos.....	14
METODOLOGIA.....	15
CAPITULO I.....	16
História contexto e perspectivas das práticas pedagógicas brasileiras: o caso do ensino de matemática.....	16
CAPÍTULO II.....	25
Contexto sócio-econômico da Escola.....	25
Observando os dados.....	26
CAPÍTULO III.....	31
Os ingressos dos egressos: O concurso do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.	31
Observando os dados referentes ao concurso do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará(2002).....	31
Considerações Finais.....	35
REFERÊNCIAS.....	38
ANEXOS.....	39
Anexo 1 – Metas.....	40
Anexo 2 – Atividades e Procedimentos.....	41
Anexo 3 – Cronograma.....	42
Anexo 4 – Recursos Humanos e Materiais.....	43
Anexo 5 – Planos de Aula.....	44
Anexo 6 – Gráficos de Acompanhamentos de indicadores escolares.....	56
Anexo 7 – Gráfico aprovados no Concurso Tribunal de Justiça (2002).....	60

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como foco principal abordar a problemática existente na Escola Pública brasileira nos moldes atuais, correlacionando-a com o acesso de seus egressos ao Serviço Público, em especial, fazendo um recorte do concurso público no Judiciário cearense. A partir de uma análise documental e bibliográfica sobre o contexto histórico da Didática no país e as mudanças instituídas no sistema de ensino a partir do século XVI, procuramos compreender como a escola surgiu e evoluiu. Iniciamos nos escritos de João Amós Comênio, considerado “o pai da didática”, até os dias atuais.

Partimos do entendimento de que as mudanças ocorridas na escola foram determinadas pela influência do interesse de classe, fazendo com que no decorrer da história sempre prevalecesse um modelo que atendesse ao interesse da classe que domina a economia.

No Capítulo I abordamos a história, o contexto e as perspectivas das práticas pedagógicas brasileiras, a partir de um diálogo baseado no texto de autoria de Santos e outros autores, os quais relatam a História da Didática no Brasil e sua influência na pedagogia da Escola Pública brasileira.

No Capítulo II analisamos os dados partindo do contexto histórico e sócio-econômico de uma escola pública, buscando perceber até que ponto as práticas didáticas e o sistema de ensino aplicado, influenciam no resultado obtido no decorrer de sua existência.

No Capítulo III examinamos também os dados obtidos a partir de uma pesquisa realizada junto ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça, onde foram analisadas as fichas funcionais dos aprovados de nível médio, no Concurso do Poder Judiciário do Estado do Ceará no ano de 2002. Procuramos fazer indagações referentes à importância dos egressos da escola pública no Serviço Público.

Em nossas conclusões, que reconhecemos ser sintéticas e introdutórias, achamos oportuno concordar com a professora Vera Lucia Candau, pois é realmente preciso uma prática de ensino multifuncional que seja uma importante aliada do professor no processo desafiador de construção de uma ordem social dignamente compatível com a emancipação humana.

Com relação aos dados empíricos encontrados na escola escolhida¹, e também nos resultados obtidos a partir das fichas funcionais dos aprovados no concurso do Tribunal de Justiça, entendemos ser necessário uma discussão mais ampla, voltada para o problema da educação de um modo geral, envolvendo a sociedade como um todo, buscando juntos caminhos que apontem para o melhoramento da Escola Pública.

O objeto e o encontro com o pesquisador

A decisão em abordar e discutir o ensino e as práticas pedagógicas na Escola Pública surgiu da nossa necessidade de conhecer esta realidade a partir de um olhar acadêmico e científico. Pesou, também, o fato de termos estudado e feito cadeiras de estágios em colégios públicos, que ainda nos moldes de ensino da escola tradicional, não conseguem obter resultados capazes de traduzir, nem desenvolver, um vínculo entre o indivíduo e a emancipação humana.

Em virtude dos sérios problemas sociais que sempre afligiu o “povo nordestino”, nossa família migrou para o Rio de Janeiro, exatamente em 1968. Filhos de uma família comum, como muitas outras pobres que costumamos ver, tivemos uma infância humilde, mesmo já realizado o sonho dos progenitores de estar numa grande metrópole. Sonho de uma vida melhor, de uma educação para os filhos menores, sonho de possuir um “fusquinha” pra dar uma “voltinha” com a família; essas idéias, e muitas outras foram ditas aos nossos ouvidos durante a infância. Não só os sonhos ficaram gravados na memória, como as repreensões educativas também; daí merece destaque a mais “espetacular” de todas: “vai estudar, menino”, que sempre acompanhava um grande sermão, em que era

¹ Escola de Ensino Fundamental e Médio Professora Diva Cabral – Rua Holanda 701, Maraponga.

explicado que, para o pobre digno, só restara este caminho. Mesmo com muita dificuldade, foi de fato este caminho que escolhemos, deixamos um pouco de lado os desenhos animados da TV, a Turma do Balão Mágico, os carrinhos construídos de restos de “lata de sardinha”, outros feitos de latas de leite em pó amarrados a um barbante, popularmente conhecido como “rola bosta”, e muitas outras brincadeiras de rua, afinal, tínhamos uma infância extremamente feliz. Iniciamos nossa vida escolar no início da década 1980, no Rio de Janeiro, em escola pública, e finalizamos (o Ensino Médio) em 1992, já em Fortaleza, também em escola pública.

Uma boa opção para conseguir logo um emprego para ajudar no orçamento familiar era cursar uma escola técnica ou participar de cursos de formação profissional nas escolas integrantes do sistema ‘S’². Foi isto o que fizemos. Soma-se a este fato a castração intelectual imposta pelo sistema capitalista aos mais pobres. Em outras palavras, era quase impossível aos filhos das camadas mais humildes da sociedade o sonho de estudar em uma faculdade. Para nós, aprender um ofício e posteriormente concluir o ensino técnico significava o horizonte a ser atingido.

Sobre a criação do sistema ‘S’, vejamos o que nos diz Santos (2005):

A Reforma Capanema trouxe, ainda, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC, em 1942, configurando-se, no dizer de Kuenzer (2000), como sendo a combinação da iniciativa pública e privada para atender às demandas bem definidas, decorrentes da divisão social e técnica do trabalho organizado e gerido pelo paradigma taylorista-fordista, como resposta ao crescente desenvolvimento industrial que passava a exigir mão-de-obra qualificada (2005, p. 37-8).

Muitas vezes fomos questionados sobre o tema desta pesquisa, e sua relação com a Administração Judiciária. Acreditamos ser pertinente e importante este assunto, por se relacionar com as diferenças de classe de um modo geral e, de certa forma, com o acesso às administrações, universidades, pós-graduações, mestrados, etc. O acesso igualitário é uma necessidade das sociedades contemporâneas, e um mote de reivindicação na sociedade brasileira.

² Nosso caso em particular foi estudar no curso de formação em eletricidade no SENAI, na sede Waldir Digo Siqueira, no bairro da Barra do Ceará, em Fortaleza, no período de março de 1991 a outubro de 1992.

Havendo a necessidade de justificativas, a pesquisa nos faz no mínimo pensar e refletir. A hermenêutica é necessária para compreendermos o contexto da história pedagógica brasileira, e suas conseqüências refletidas na Escola Pública; a gestão de pessoas teria sua importância para perceber onde estava a contradição na gestão escolar; um bom planejamento estratégico possibilitar-nos-ia sinalizar os objetivos e metas a serem alcançados por ela.

Na verdade alguns dos pontos que foi colocado acima fazem parte da organização curricular, ou seja, disciplinas ministradas no curso de Especialização em Administração Judiciária. Entendemos que um curso de especialização vai muito além de sua nomenclatura ou área de atuação; está ligado diretamente com a responsabilidade da produção de conhecimento, com o desenvolvimento acadêmico e questionador de um pesquisador, condicionando-o, intitulado-o, não apenas a um especialista e administrador Judiciário, mas um administrador do meio em que vive, com senso de justiça e do que é o Judiciário.

Em fim, acreditamos que os problemas sociais e as desigualdades na educação atingem diretamente os que precisam da Escola Pública, e que, de modo particular, este problema atinge os alunos de Escola Pública que tentam ingressar no Judiciário cearense. É nesse contexto que decidimos ir à frente nessa pesquisa.

O ensino superior no Brasil passou por transformações em função das modificações das Leis de Diretrizes Básicas da Educação - LDB's, o que conseqüentemente facilitou o acesso da classe trabalhadora em alguns cursos oferecidos por universidades privadas. Aparentemente houve uma democratização no ensino superior nessas universidades. Diante desta realidade, surge um fato de difícil interpretação. Se por um lado houve uma "democratização" e possibilitou-se uma rápida entrada no ensino superior e possivelmente no mercado de trabalho, por outro lado fica clara a intenção governamental de restringir o acesso para o trabalhador que ainda não esteja inserido no mercado de trabalho em cursos superiores de caráter universal como medicina, engenharia, direito e outros. Numa perspectiva mais realista percebemos que, além de uma educação fragmentada, o estudante não tem a garantia de que, ao terminar o curso, irá conseguir uma boa colocação, pois como a escola não consegue se modernizar na rapidez exigida pelo

mercado, os alunos trabalhadores acabam ficando com os piores cursos em faculdades de qualidade duvidosa.

Vale ressaltar, também, a presença do desemprego estrutural em decorrência das evoluções tecnológicas, da crise aguda por que passa o capital, do crescimento populacional e a falta de investimentos em políticas públicas que garantam divisão de renda e melhor igualdade social. Quem sabe deste modo, formar profissionais em escolas públicas melhor aparelhadas, em cursos com currículos genéricos, com carga horária maior, para assim produzir um profissional de ensino com amplas condições de criar, agregar, desenvolver uma educação problematizadora, voltado para prática social; o capital opta em oferecer para o aluno das camadas mais pobres o que não interessa para os alunos da elite: cursos seqüenciais fragmentados, aligeirados e seus assemelhados.

Não se trata de criar uma imagem de acirramento da luta de classes, mas o que se percebe é que há um interesse de grupos ligados ao capital e ao poder político em criar dois níveis de educação, uma para os trabalhadores e outra para os “abastados”, ou seja, uma educação fragmentada para dominados e uma educação humanista para as classes dominantes. O ideal seria uma educação “plena”, participativa, crítica, que desenvolva a capacidade de pensar, de ter autonomia na formação de um ser livre, e capaz de perceber o efeito da “educação moderna”, que forma o homem para a relação capital-trabalho resultando sempre em exploração do homem para o homem.

Nosso objeto de estudo e seu contexto

A Escola de Ensino Fundamental e Médio Diva Cabral servirá como amostragem representando as escolas públicas em geral, visto que, nesta instituição já realizamos alguns trabalhos e cadeiras de estágios: disciplinas de Estágio Supervisionado I e II no ano de 2006. Dados coletados nas fichas de matrículas desta escola merecem destaque. Das matrículas efetuadas no ensino fundamental e médio em 2008, constatamos que há um grande índice de evasão, chegando em alguns casos a um percentual de mais de 42%.

Mais especificamente, no Concurso do Tribunal de Justiça de 2002 foram oferecidas 108 vagas para Nível Médio. As fichas funcionais pesquisadas também merecem destaque, visto que o percentual de aprovados oriundos da Escola Pública foi de aproximadamente 12%, evidenciando ainda mais a problemática envolvida em nosso objetivo de estudo.

Diante do atual contexto social, a Escola Pública tenta sobreviver, os dados obtidos nas pesquisas, servem como base para reforçar o nosso argumento de que as práticas disciplinares aplicadas na escola, não estão em consonância com ensino de qualidade, necessitando de mudanças.

OBJETIVOS

Objetivos gerais

Nesse cenário, nosso objetivo foi analisar até que ponto a prática de ensino aplicada na escola influencia na desmotivação, evasão escolar e nos resultados tão ruins para os grupos sociais que dependem deste serviço público.

Objetivos específicos

De modo específico, relatamos historicamente a didática em geral e sua relação com a Escola Pública, procurando compreender o contexto da didática no Brasil e suas mediações no ensino, no acesso ao vestibular e no Judiciário cearense.

METODOLOGIA

A luz do contexto histórico a partir das perspectivas vivenciadas nas práticas pedagógicas brasileiras, será feito um estudo de natureza bibliográfica, contemplando uma análise de documentos e dados oficiais como: planilhas, planos de aula e listagem de matrículas. Considerando os dados a partir de um estágio docente na Escola de Ensino Fundamental e Médio Diva Cabral, percebemos de forma introdutória que o índice de reprovação e evasão é muito alto conforme dados demonstrados no anexo 6. Tal constatação suscitou procurar compreender os motivos que levam parte do corpo discente a abandonar disciplinas e posteriormente a escola, tendo como conseqüência o baixo nível de aprovação no vestibular tradicional e em concursos. Posteriormente analisaremos os dados oficiais obtidos a partir de uma pesquisa feita junto aos Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, baseada no Concurso de 2002 (ESAF edital n°2, 14 de janeiro de 2002), onde foram ofertadas 108 vagas para o nível médio, e as constatações referentes aos números de aprovados no concurso que são oriundos das escolas públicas e privadas. Acreditamos que, com os dados levantados e a análise que eles representam no contexto das práticas pedagógicas do nosso país, temos elementos suficientes para discutir o nosso objeto de estudo.

1 História, contexto e perspectivas das práticas pedagógicas brasileiras: o caso do ensino na Escola Pública.

Atualmente, muito se discute sobre o papel escola pública na formação dos futuros cidadãos trabalhadores brasileiros, especialmente os mais pobres, visto que, até hoje, não conseguimos desenvolver uma escola que promova a dignidade dessa “classe”, e diante do fracasso das políticas públicas implementadas no nosso país, o conhecimento tem se tornado mais uma forma ascensão e exclusão social.

Esse assunto ganha relevância diante do quadro por que passa a educação nos países ditos em desenvolvimento. Na América Latina, destacamos o cenário de miséria e precariedade que vivem os trabalhadores e grande parte da população e, de modo particular, os estudantes trabalhadores brasileiros.

Organismos internacionais atestam que em nosso continente é elevado o número de pessoas que sobrevivem com menos de um dólar por dia, equivalendo dizer que estão abaixo da linha de pobreza. No Brasil, os índices que estratificam a educação não são animadores, pois há um altíssimo contingente de jovens e adultos que não conseguem sequer ler o que escrevem, sem falar no elevado número de trabalhadores que não sabem ler nem escrever. Diante desse quadro, as dificuldades de aprender tornam-se grandes, para não dizer quase impossível. Portanto, se o estudante não compreende o seu contexto, não poderá, jamais, transformar ou, ao menos, questionar o nível de informação a ele oferecido. A escola pública amarga a marca de ser, com raras e honrosas exceções, incompetente para resolver os nossos problemas educacionais. Apesar da louvável conquista da quase total universalização do ensino básico, não se pode esconder empecilhos, como: repetência, evasão, distorção idade/série, entre outras questões, que na maioria das vezes tem ligação direta ou indireta com a situação econômica em que vivem os que delas precisam.

Com relação ao trabalho docente, alguns problemas evidenciam-se com aguda clareza. O salário pago hoje ao professor é muito baixo, apesar da tentativa

do Governo Federal em criar um piso salarial unificado; a formação deste profissional apresenta problemas estruturais; em geral os professores que moram nas cidades distantes dos grandes centros não conseguem se atualizar e, às vezes, sequer receber uma formação adequada ao exercício da função docente.

É precisamente a partir desse contexto que pretendemos esboçar uma análise crítica e historicamente problematizada sobre a questão da didática e as conseqüências que refletiram nas práticas pedagógicas das escolas públicas em nosso país. Para isso, iniciamos nosso percurso nos escritos de João Amós Comênio, considerado “o pai da Didática”. Esse autor escreveu o livro *Didática Magna: a arte de ensinar tudo a todos*. Este livro foi escrito no século XVI e tinha por finalidade criar procedimentos em forma de lista, para que o mestre pudesse ensinar um maior número de alunos, em um menor espaço de tempo, com o menor esforço possível. Criou ou sistematizou um tratado sobre ensino no período de transição do feudalismo para o capitalismo. Podemos dizer que ele organizou idéias sobre o ensino para uma nova sociedade que estava surgindo.

Vale salientar que Comênio surgiu em um momento de questionamento religioso, com o crescimento das reformas protestantes. A Igreja Católica abrigava e simpatizava com as idéias do pai da Didática, investindo política e ideologicamente em seus pressupostos.

No Brasil, esse investimento da Igreja Católica atendeu pelo nome de Companhia de Jesus. Os padres dessa Companhia, ou simplesmente Jesuítas, foram os primeiros professores de nossa nação. Para muitos, ainda hoje a influência jesuítica têm seus traços na educação brasileira.

Os Jesuítas chegaram ao Brasil na primeira metade de século XVI, ficando nestas terras por mais de duzentos anos. Sua proposta de ensino era tradicional, baseada na transmissão de conteúdos, tinham como missão a doutrinação dos povos indígenas e posteriormente também dos escravos africanos. Para os imigrantes europeus, principalmente, os filhos de colonos, essa era a única oportunidade de uma formação intelectual.

Com relação à sistematização do ato de ensinar, podemos dizer que os padres da Companhia de Jesus inauguraram a pedagogia brasileira. Tal proposta de

ensino centrava-se na transmissão de conhecimentos enciclopédicos, com forte influência da escolástica. No século XVIII, após a expulsão dos Jesuítas, ocorreu a reforma pombalina. A partir desse período os leigos passaram a ensinar e como tiveram a sua formação dada pelos padres, promoveram um continuísmo na forma e no conteúdo do ensino que se praticava no Brasil.

Com o sistema da pedagogia tradicional a escola tinha uma proposta de um mesmo caminho para todos, desde que se esforçassem em direção ao saber, assumia o compromisso com a cultura, e o conteúdo de ensino era puramente de valor intelectual, sem se importar com a experiência do aluno e com a realidade social, sendo a marginalidade associada à ignorância. O relacionamento com o professor era autoritário, ou seja, o professor era a autoridade máxima em sala de aula. Em algumas disciplinas eram criados manuais tradicionais, havendo assim uma sonegação de experiências, a privação dos momentos de descoberta por parte dos alunos.

Com os importantes acontecimentos políticos do século XIX, como a abolição da escravatura e a proclamação da República, acreditou-se que o Brasil entraria definitivamente na modernidade. Importa destacar que na Europa e nos Estados Unidos os avanços da modernização industrial caminhavam rapidamente. Essa concepção de mundo moderno, para alguns autores, não aconteceu em nosso território. O sociólogo Octávio Ianni (1992) afirmou existir no Brasil uma elite anacronicamente atrasada. No tocante à educação, Romanelli (1980) indicou haver uma estreita relação entre esse atraso e a educação praticada no país. Para a supracitada autora, em seu livro *História da educação no Brasil*, com o aumento da urbanização e a necessidade de mudanças políticas, houve um crescimento na demanda por educação, forçada, principalmente, por setores médios da sociedade que se instalavam nas cidades em crescimento. Romanelli aponta ainda que os anseios desses setores era exatamente ter acesso ao conhecimento ofertado à classe dirigente, sem propor, no entanto, ruptura no modo de ensinar.

No início do século XX, muitos acontecimentos agravaram ainda mais a situação social. Na esfera internacional ocorre, entre outros, a Revolução Russa e a Primeira Guerra Mundial. Nacionalmente, somos marcados por diversos fatos, principalmente, a partir da década de 1920. Porém, na questão educacional, ocorre

um pouco antes, em 1909, a criação das Escolas de Artífices e Ofício, pelo então Presidente Nilo Peçanha. Nessa ocasião, é proferida por esse Presidente uma frase marcante para a educação profissional brasileira. Segundo ele, a criação dessas escolas era para comportar “os desvalidos da sorte e os desafortunados da fortuna”. Para Acácia Kuenzer (2000), tal frase coroa o dualismo educacional brasileiro, ou seja, ensino universal para a elite e educação profissional para os filhos de trabalhadores. Haja vista que em nossa sociedade era grande o contingente de escravos postos em “liberdade”, sem terra, trabalho e educação, necessitando, portanto, de formação para o trabalho e dessa forma, desenvolver economicamente o país.

São profícuas as transformações e turbulências acontecidas na década de 1920 do século passado: Semana de Arte Moderna e Movimento Tenentista, são apenas dois exemplos dos vários fatos que corroboraram com o levante que culminou com a Revolução de 1930.

Não cabe aqui discutirmos as divergências internas do movimento que levou Vargas ao poder. Entretanto, não podemos prosseguir deixando de considerar que as muitas contradições presentes nesse movimento forçaram o Presidente a adotar medidas referentes ao ensino. Como exemplo, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a criação, em 25 de janeiro de 1934, da Universidade de São Paulo-USP, inaugurando em seu interior, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Segundo o historiador Fernando Azevedo, o objetivo desta Faculdade era a formação de quadros para ensinar no magistério secundário.

Com o estabelecimento do Estado Novo, em 1937, a Constituição deste ano modificou consideravelmente a situação do ensino. Em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, são criadas as Leis Orgânicas do Ensino. Em meio a tais medidas, a Lei Orgânica do Ensino Normal, de 2 de janeiro de 1946, por intermédio do Decreto Lei nº 8530, determina que esse nível de ensino deveria: prover a formação de pessoal docente necessário às escolas primárias; habilitar administradores escolares para as mesmas escolas e desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

Romanelli (1980) estranha o fato de os currículos de formação de professores proposto por essa Reforma colocarem as disciplinas de Pedagogia, Psicologia e Didática apenas na última série, enquanto Canto Orfeônico aparece em todas as séries. Como o curso normal, conclui a autora, foi por muito tempo e em muitos locais o único formador de pessoal docente, não justifica o desinteresse dos planejadores por essas disciplinas inquestionavelmente muito importantes para a formação de professores.

Nesse cenário de transformações políticas e reformas educacionais o debate de uma nova forma de ensinar ganha fôlego. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, faz surgir a discussão sobre a forma tradicional de ensinar. Entre as inúmeras reivindicações desse movimento, destacamos a tentativa de implantação de uma escola laica, pública e gratuita em nosso território.

No interior dessa questão encontra-se a proposta de uma “pedagogia nova”, tendo como principal articulador o educador baiano Anísio Teixeira. O cunho principal dessa pedagogia era questionar o professor como transferidor de conhecimentos. A Escola Nova, como ficou conhecida, intencionava, usando as palavras de Saviani (1985), “transferir a preocupação dos objetivos e dos conteúdos para os métodos e da quantidade para a qualidade”. Em suma, essa nova proposta procurava valorizar mais o aluno e estabelecer mais democracia em sala de aula.

Com o surgimento da Escola Nova, passa a ocorrer um movimento de tentativa de reforma na pedagogia tradicional. Esse, mesmo aparentando ser um grande avanço na pedagogia do país, surge com modelo educacional, na qual a marginalidade não é mais do ignorante e sim do rejeitado, do anormal e inapto, desajustado biológica e psicologicamente. A escola passa então a ser a forma de adaptação e ajuste dos indivíduos.

Segundo Saviani, a Escola Nova tem seu germe inicial na I Conferência Nacional de Educação, ocorrida em 1932, a qual concentrou as insatisfações populares, já expressadas na década anterior. Saviani nos informa que o auge do escolanovismo acontece por volta de 1960, quando novas técnicas são colocadas a serviço do ensino, decretando, dessa forma, o início da decadência da Escola Nova.

As novas técnicas aparecem com muita força, principalmente através dos meios de comunicação de massa e das “tecnologias de ensino”. Essas técnicas foram batizadas no meio educacional como tecnicismo. A proposta pedagógica desse modelo era a radicalização na utilização dos métodos presentes no escolanovismo. A partir desse período, a eficiência instrumental passa a ser valorizada, passando a educação a assumir como modelo de ensino a forma fabril de produção, próximo dos moldes do binômio taylorista/fordista. Apesar da tentativa de implantação de uma Pedagogia Popular, encabeçada, principalmente, por Paulo Freire, é o tecnicismo que se ajusta ao momento politicamente conturbado que vive o Brasil da década de 1960, coroando a neutralidade científica como necessidade no processo ensino-aprendizagem.

O início dos anos de 1960 chega trazendo, também, a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB nº 4024/61. Depois de mais de uma década de debate, essa Lei é promulgada e, segundo aponta Romanelli (1980), não traz em sua essência grandes mudanças. Destacamos a equiparação, para efeito de acesso ao ensino superior, dos níveis secundário e profissional. É importante, ainda, clarear que foi a partir dessa Lei que se conseguiu quebrar a rigidez curricular, flexibilizando a oportunidade de um currículo por ramo de estudo e região.

Vai ser na LDB seguinte, promulgada em 1971, sob o nº 5692/71, que a formação de professores é novamente modificada. São criados cinco níveis de formação docente: 1) formação de segundo grau, com duração de três anos, destinada a professores polivalentes das quatro primeiras séries do primeiro grau; 2) formação de segundo grau com mais um ano de estudo adicional, destinada aos professores que iriam lecionar até a sexta série; 3) formação superior em licenciatura curta, destinada aos professores que iriam ensinar em todo o primeiro grau; 4) licenciatura curta com estudo complementares, destinada aos professores que iriam ensinar até a segunda série do segundo grau; e, 5) formação em licenciatura plena, destinada aos professores que iriam ensinar em todo o segundo grau.

Essa LDB consagra o tecnicismo, pois aponta para a necessidade de uma escola-empresa. É importante lembrar a obrigatoriedade do ensino profissional para todo o segundo grau. Tal medida, para autores como Frigotto (1999), Kenzer (2000),

Cunha (2002), entre outros pesquisadores do ensino profissional, apresentava a nítida tentativa de dificultar o acesso de jovens das camadas populares à educação superior.

As transformações didáticas e pedagógicas ao longo dos cinco séculos de nossa história fazem surgir modelos educacionais incapazes de transformar o sistema de metodologia de ensino como um todo, mostrando que a escola sozinha não poderia resolver os problemas em sua totalidade. Conseqüentemente a pedagogia praticada não teria como avançar em uma proposta transformadora sem os demais nexos educacionais.

Paralelo às transformações sociais, culturais e educacionais do país, a escola priorizava transferir um conhecimento relacionado às necessidades mercadológicas conjunturais, ou seja, uma pedagogia que dificultava a aprendizagem das experiências cognitivas. Portanto, do ponto de vista conservador, o tecnicismo por ser a radicalização dos meios no processo ensino-aprendizagem, permite uma perfeita sincronia com a Didática utilizada no ensino.

Para negar o tecnicismo e demais tendências pedagógicas denominadas por Saviani (1985) de “não críticas”, surgem no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970, as tendências conhecidas como “críticas reprodutivistas”. Entre elas, gostaríamos de destacar as que, a nosso ver, tiveram maior peso na formação Didática pedagógica brasileira. São elas: teoria do ensino como violência simbólica e teoria enquanto Aparelho Ideológico do Estado-AIE. A primeira é de autoria de Bordieu e Passeron. Essa teoria considera que o aparelho econômico pertencente à classe dominante, exerce sobre a classe dominada uma dominação cultural. Essa dominação se processa através da escola e é denominada pelos autores de “violência simbólica”. Entendem esses autores que esse tipo de violência ocorre de várias maneiras, entretanto, é na educação que se institucionaliza com o aporte do Estado. Portanto, para esse pensamento a função da escola seria a de reproduzir as desigualdades de classe.

A segunda teoria crítico reprodutivista é a que entende a escola como um Aparelho Ideológico do Estado. O conceito de AIE é de autoria de Altrusser. Tal teoria defende que a ideologia tem existência material, sendo a escola o aparelho

mais acabado e maduro da dominação capitalista. Desse modo, a escola seria responsável por reproduzir as relações de exploração do capital.

Essas teorias, na interpretação de Saviani, não propõem uma sistematização do modo de ensinar, apontando a negação da didática, propondo o que ficou conhecido no Brasil como anti-didática.

Um marco na problemática da Didática brasileira é o livro *Didática em questão*, organizado por Vera Lúcia Candau (1982). Esta publicação foi possível graças ao primeiro seminário brasileiro de Didática, com o mesmo nome do livro, promovido pelo CNPq e realizado na PUC-RJ, em novembro de 1982. O objetivo principal do encontro foi promover uma revisão crítica do ensino e da pesquisa em Didática.

Neste livro, a Didática aparece como proposta multidimensional. Para a autora, é o processo ensino aprendizagem o objeto principal de estudo da Didática e toda proposta pedagógica comprometida com esse processo precisa olhar a Didática a partir de sua dimensão humana, técnica e político-social. Qualquer tentativa de elaboração de proposta pedagógica que não contemple a multidimensionalidade das três esferas estará fadada ao fracasso.

Candau (1982) dialoga com Saviani (1985) para esclarecer que a tendência escolanovista baseia-se no humanismo moderno, que predominou no Brasil até a década de 1970, quando perde seu espaço para o tecnicismo ou para este em articulação com elementos da Escola Nova. Esta autora afirma que a negação da Didática, mesmo tendo um aspecto positivo como crítica, não apresentou postulados que revelasse uma prática docente capaz de almejar uma Didática multidimensional.

Voltando um pouco à distinção entre Pedagogia Tradicional, Nova e Tecnicista, encontramos em Saviani que, enquanto a primeira é centrada no aprender, a segunda, centra-se no aprender a aprender e, por fim, o Tecnicismo propõe aprender a fazer. Para que fique claro, a proposta de Candau (1985) é uma Didática fundamental e nunca instrumental. Esta autora pressupõe a reflexão Didática como um compromisso com a transformação social. Todavia, não adiantaria uma proposta apenas política, ou somente técnica, nem tão pouco só com a

dimensão humanista. É preciso uma Didática que advogue uma prática pedagógica contextualizada historicamente a partir de seus determinantes fundamentais.

O que queremos da educação? O que precisa fazer o professor e os gestores públicos para que tenhamos uma educação multifuncional? Que contribuição a Escola Pública pode trazer para se tornar um espaço de emancipação do homem? Essas e muitas outras são questões que necessitam urgentemente de repostas, ou pelo menos de amplas discussões no meio social. Sabemos do limite e do alcance deste trabalho, entretanto, compreendemos a imperiosa importância do aprofundamento desse debate, pois, acreditamos ser de basilar relevância tais questionamentos, o que, a nosso ver, suscitaria novos caminhos para Escola Pública.

Encaminhando essas reflexões para uma conclusão, apontamos oportuno concordar com as indicações da professora Vera Lúcia Candau. Contudo, salientamos, conforme já colocado na introdução desse texto, que a conjuntura no início do século XXI colocou para os alunos trabalhadores dos países ditos de capitalismo periférico, dificuldades vultosas e jamais encontradas na história da humanidade. Na conjuntura atual de crescimento vertiginoso das idéias neoliberais, o trabalho docente ganha destacada importância. Não dizemos com isso que concordamos com os que defendem que é a escola a grande salvadora da humanidade e nem tão pouco engrossaremos as fileiras dos que acham ser, exclusivamente, os professores responsáveis pela redenção das classes populares desfavorecidas.

Ao nosso entender, a escola não pode tudo, mas pode muito, como acreditava Paulo Freire. Portanto, compreendemos que a prática pedagógica, quando baseada numa práxis transformadora, poderá ser mediada com os demais complexos sociais, possibilitar a formação de um sujeito organicamente comprometido com sua classe. Dentro desse enfoque, a Didática ganha um destaque especial, pois a prática docente representa uma importante aliada do professor no processo desafiador de construção de uma ordem social dignamente compatível com a emancipação humana.

2 Contexto sócio-econômico da Escola pesquisada.

De acordo com a discussão feita no capítulo anterior, a didática e os movimentos pedagógicos acontecidos durante os últimos anos tiveram grande influência na história das escolas em geral. Porém, existe ainda a necessidade de aprofundarmos a questão, sendo necessário pesquisar uma melhor forma de ensinar e aprender.

Trataremos a seguir da Escola de Ensino Fundamental e Médio Professora Diva Cabral, situada à rua Holanda, nº 701 no Bairro da Maraponga, Fortaleza, Ceará. Esta escola foi criada pelo decreto nº de 09.12.1983, publicada em Diário Oficial de 13.12.1983 e inaugurada em 14.12.1983. Criada e inaugurada no Governo de Luis Gonzaga Mota, tendo como Secretário de Educação Ubiratan Diniz Aguiar. Seu funcionamento teve início no primeiro semestre letivo de 1984, tendo à frente da Direção a Professora Marta Maria Albuquerque Medeiros, com apenas 4 salas de aulas, oferecendo o ensino de Pré-escolar a 4º série do então 1º Grau.

No ano de 1991, a Escola passou por uma recuperação e ampliação de salas de aula, na qual se deu a oportunidade de oferecer maior número de vagas, face à recuperação física.

Segundo documento fornecido pelo Núcleo gestor (CEARÁ, 2008),

O corpo Discente do ano em curso é formado por 919 alunos do Ensino Fundamental e Médio, distribuídos nos três turnos, no total de 34 salas de aulas. O corpo Docente é formado por 46 professores habilitados para suas funções e 17 funcionários.

O corpo Técnico Administrativo é composto por 1 Diretor Geral, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Coordenador Administrativo Financeiro e 1 Secretária. O Conselho Escolar é formado por 1 Presidente, 1 Vice-Presidente, 1 Secretário 5 membros e o Diretor Geral que é membro nato.

Com o lema “ Educando e Formando o Cidadão”, a Escola Professora Diva Cabral realiza seu fazer pedagógico preparando seus alunos para o exercício consciente de sua cidadania.

Nestes últimos anos, mesmo com as dificuldades das práticas pedagógicas, a escola tem dado um salto, tanto na quantidade como, na qualidade do ensino, com o apoio indiscutível do corpo docente, discente e da comunidade em geral.

A escola conta com uma secretaria aparelhada, Biblioteca, sistema de informatização, quadra de esporte, área de laser, refeitório, grêmio de estudantes, diretoria, coordenações pedagógicas, corpo docente com todos os professores especialistas. A nosso ver, a Escola procura manter com os alunos um relacionamento harmônico e participativo, a fim de que os mesmos possam usufruir de um espaço seguro e amigável nos desenvolvimentos de suas capacidades físicas, culturais e intelectuais.

Levando em consideração o contexto sócio-econômico da Escola, percebemos que a mesma encontra-se situada numa área de comunidades carentes. O corpo discente da escola é composta, em grande parte, por pessoas de “baixa renda”, conseqüentemente com pouco poder de compra, ou seja, ficando de fora da faixa social que tem o “privilégio” de ter suas necessidades básicas atendidas a contento. Lamentavelmente, a grande maioria desses estudantes tem dificuldades de alimentação, moradia, transportes coletivos, dentre outras condições básicas de sobrevivência.

Com as mudanças estruturais, que vem acontecendo na nossa sociedade, a “globalização”, privatização do ensino, dentre outras, há muito tempo, a educação tem sido “tolhida” das classes mais baixas da sociedade, conseqüentemente, os que usufruem da escola pública, ou seja, organizada em suas idéias, atendendo interesses, infundindo no meio social, que a desigualdade na educação é tão natural como a desigualdade social, sendo esta como algo inquestionável e normal.

Observando os dados da Escola

Das 238 matrículas efetuadas no ensino fundamental diurno, houve uma evasão de 12,2 %; das 159 matrículas efetuadas no fundamental noturno, constatou-se um índice 42,1% de evasão; no ensino médio, das 284 matrículas diurnas, a evasão foi de 15,2%; das 234 matrículas do ensino médio noturno, verificamos o percentual de 42,3 % de abandono. Todos os dados existentes na planilha do anexo 06 são referentes ao ano de 2008.

Um dado que chama atenção é o alto índice de abandono dos alunos que estudam no período noturno. Este merece um destaque especial, visto que na sua grande maioria trabalham de dia e só resta a noite para freqüentar a escola. É nesse contexto que a escola pública tenta sobreviver, busca resultados, é com esse “pé de desigualdade” que posteriormente tem que concorrer nos vestibulares e concursos para o ingresso no Serviço Público.

Tivemos a oportunidade de elaborar junto à Escola um projeto de estágio supervisionado no Ensino Fundamental e Médio. Como nossa graduação foi na área de matemática, tínhamos as seguintes metas: aplicá-la nas situações do cotidiano, buscando relacionar a teoria e a prática, facilitando, desse modo, a aprendizagem e a motivação do aluno à disciplina; valorizar o raciocínio, proporcionando situações em que o aluno possa tomar decisões, confrontando resultados e discutindo idéias; desenvolver um espírito questionador por parte dos alunos; usar os temas transversais propostos pelos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacional).

Adotamos, durante a execução do projeto, um cronograma no qual passamos um determinado tempo, o bastante para conhecermos e nos envolvermos com a escola, determinarmos as atividades e procedimentos, os recursos humanos e materiais, utilizamos os planos de aulas de acordo com conteúdo a serem expostos no ano letivo, propostos pelos professores que supervisionavam o projeto de estágio, e no final fizemos uma avaliação de todo o processo.

É fácil ver em propagandas governamentais, sobretudo do Ministério da Educação, a bandeira de “formação de boa qualidade para todos”, mas o que evidencia o contexto da Escola Pública não condiz com o que é anunciado, ou seja, torna-se, em sua essência, uma falácia. Temos uma máquina de Estado com propostas que não apresentam modificações na estrutura da Escola Pública, sem perspectiva de políticas sociais que de fato, estejam comprometidas com o desenvolvimento humano, isto é, que proporcione uma condição de igualdade social, onde as comunidades que formam a sociedade possam usufruir do que lhe é de direito, como: emprego, educação, saúde, segurança, lazer, transporte dentre outros. Condições essas, que lhes ofereça o mínimo de dignidade.

Outro fato que não podemos deixar de abordar, além da falta de capacidade na formação educacional do indivíduo, é a insuficiência na preparação para o acesso à Universidade, através do vestibular tradicional. Nos últimos anos, a escola pública vem amargando um decepcionante resultado no que diz respeito ao tão falado e sonhado vestibular. Dados obtidos a partir do relatório analítico da UFC (Universidade Federal do Ceará) indicam que, na comparação dos aprovados oriundos da escola pública no vestibular de 2005 com o de 2008, houve uma queda acentuada no número de aprovados no vestibular da Instituição, que serve como “termômetro” para a avaliação do nível de instrução, leia-se, capacitação das escolas de nível médio.

O colunista Fábio Campos publicou em um jornal de grande circulação na cidade, uma matéria referente aos índices de aprovação, fazendo comentários baseados também no relatório analítico da Universidade Federal do Ceará (UFC), fornecido pelo CCV (Comissão Coordenadora do Vestibular).

Segundo o Relatório Analítico, em 2005, 812 aprovados no vestibular da UFC declararam ter cursado o ensino médio nas escolas públicas do Ceará. Esse número equivale a 22,6% do total dos aprovados. Em 2006, o resultado foi um pouco melhor. 23,4% dos aprovados para o ingresso na instituição eram oriundos do ensino médio público. Ou seja, naquele ano, 37.290 estudantes inscreveram-se no vestibular da UFC. Desse total, 13.872 haviam concluído o ensino médio na escola pública. Desses, somente 851 estudantes (23,4%) conseguiram o feito da aprovação na UFC. Embora muito timidamente, o índice vinha numa curva ascendente. Até que chegou a hora do vestibular 2007. No ano passado, a quantidade aumentou com a aprovação de 861 alunos oriundos da escola pública, mas o percentual diminuiu alcançando o índice de 21%. No vestibular de 2008, como mostrou a reportagem de ontem do **O POVO**, a luz de alerta acendeu e a sirene disparou. Apenas 624 aprovações com o percentual caindo para 15%. Significa mais e mais elitização. Atenção governador: pode significar que a qualidade do ensino nas escolas estaduais esteja piorando.

O POVO 09/fev/2008.

Os dados expostos acima fornecem claramente constatações que preocupam. A matéria vem confirmar o que estamos tentando demonstrar neste trabalho e faz um alerta ao governo sobre a qualidade do ensino. Um fato interessante nessa reportagem é que o alerta deveria ser feito desde o primeiro

resultado, visto que o número de aprovados desde 2005 é muito aquém do desejado.

Aos que conseguiram a aprovação, devemos enxergá-los como verdadeiros heróis, e sobreviventes de um sistema que a cada dia deixa explícito que a educação passou a ser também um bem de consumo do capital, ou seja, passa bem no vestibular quem passa bem na vida. Parece uma metáfora, porém, existe até um “slogan” na camisa de um colégio particular (pré-vestibular) na cidade que diz “passo por que sei”. De acordo com o contexto da matéria, com os dados contidos em nossa pesquisa, e com relações sociais do capitalismo que vivenciamos, na qual o ensino de boa qualidade parece estar diretamente ligado ao poder econômico, então, acreditamos que o melhor para o “slogan” seria “passo por que posso”. A classe média é a maior consumidora desse produto, enriquecendo esse crescente mercado chamado educação.

Autoridades da área de educação discutem uma nova forma do ingresso dos mais pobres à Universidade. Existem propostas tramitando no Congresso, algumas delas já geraram bastantes discussões e divergências de opinião na sociedade, como é o caso das cotas por etnias e cotas de 50 % das vagas das universidades federais as para escolas públicas. Há também uma proposta já em implementação, de extinguir o vestibular tradicional e utilizar o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM como forma de aprovação na Universidade. Existe o já implantado ProUNI, que requer uma maior atenção, embora tenha atingido uma grande faixa de pessoas de baixa renda, facilitando o acesso dos mesmos a faculdades. Merece discussão, avaliação e questionamento, sobre a qualidade das faculdades e cursos ofertados, inserido no processo. O teor da proposta do governo, a nosso ver, trata de um projeto extremamente capitalista, que transfere renda do público para o privado, sempre na tentativa insistente de “ludibriar” a sociedade com o mote de “Universidade para todos”. Ainda sobre o ProUNI, cabe a pergunta: por que o montante de recurso investido no programa não é utilizado no reaparelhamento e ampliação das universidades públicas?

Criado no governo do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa está no *site* do Ministério da Educação (MEC), apresentado da seguinte maneira:

Não conseguiu uma vaga em uma Universidade pública? Está pensando em como fazer para pagar as altas mensalidades de uma faculdade particular? Então é hora de você conhecer melhor o ProUNI, Programa Universidade Para Todos, um programa que distribui bolsas parciais ou integrais para estudantes de todo o Brasil. O foco do ProUNI, segundo o governo, é a inclusão de qualidade, é transformar jovens estudantes em universitários e futuros profissionais diplomados.

Como funciona

Funciona da seguinte maneira: o candidato à bolsa se cadastra no site do ProUNI e deve atender alguns pré-requisitos:

- Ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem - daquele ano (por exemplo, se você for concorrer a uma bolsa para o ano de 2009, deve ter participado do Enem em 2008);
- Ter conseguido uma pontuação mínima de 45 pontos neste Enem (soma da nota da prova objetiva e redação, divididas por 2);
- Ter cursado o Ensino Médio em escola pública ou em escola particular como bolsista integral;
- Ter renda familiar por pessoa comprovada de até um salário mínimo e meio (R\$ 697,50) para bolsa integral e até três salários mínimos (R\$ 1.395,00) para a parcial;

Daí, uma comissão do Ministério da Educação avalia as inscrições e determina quem tem direito às bolsas. É importante ressaltar que boas notas no Enem são fundamentais para a classificação no ProUNI, e, conseqüentemente, na hora de distribuir as bolsas (quem fica melhor classificado terá prioridade na hora de escolher o curso e a faculdade onde quer estudar).

Inscrições

Na hora de fazer a inscrição, o candidato escolhe 5 opções de curso, em instituições diferentes ou não, e poderá escolher uma delas dependendo de sua classificação no ProUni.

No site do programa você pode obter mais informações como quando acontecem as inscrições e quando saem os resultados, e também a lista com o nome das instituições de ensino superior que participam do ProUni.

Mesmo com as “tentativas” que o governo tem feito na busca de facilitar o acesso à universidade para todos, esses programas, para muitos são justos, e deveriam ter sido aprovados e implantados há muito tempo. Para nós não é solução e nem “caminho”, é um atestado da ineficiência do Estado e de suas políticas voltadas para a Escola Pública que, por sua vez, precisa de mudança urgente em sua estrutura de ensino.

3. Os ingressos dos egressos: Concurso do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Tomando como base a tabela contida no edital do Concurso de 2002, no qual foram oferecidas 108 vagas para cargos de nível médio, realizamos uma pesquisa junto ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, onde foram analisadas as fichas funcionais dos cargos de Assistente de Administração Judiciária, Auxiliar Judiciário de Entrância Especial e Oficial de Justiça Avaliador de Entrância Especial, na qual foram distribuídas 47, 25 e 35 vagas respectivamente.

Estes dados são importantes para acrescentar informação empírica à nossa discussão sobre as dificuldades da Escola Pública.

Observando os dados referentes ao concurso do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (2002).

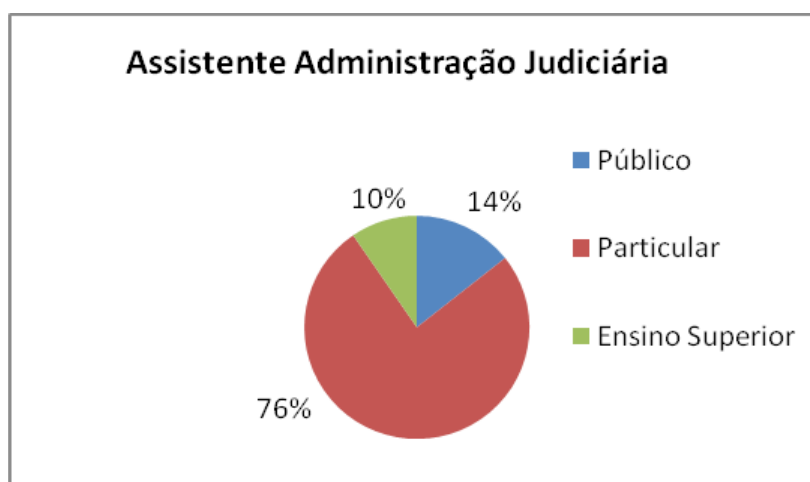
Cargo	Nº de Vagas		Escolaridade	Valor da Taxa (R\$)
	Ampla Concorrência	Portadores de deficiência		
Administrador	06	-	Curso Superior concluído em Administração	50,00
Bibliotecário	02	-	Curso superior concluído em Biblioteconomia	50,00
Técnico Judiciário de Entrância Especial	13	01	Curso superior concluído em Direito	50,00
Assistente de Administração Judiciária	47	03	2º grau concluído	30,00
Assistente de Biblioteconomia	01	-	2º grau concluído	30,00
Auxiliar Judiciário de Entrância Especial	25	01	2º grau concluído	30,00
Oficial de Justiça Avaliador de Entrância Especial	35	02	2º grau concluído	30,00
Auxiliar de Administração	15	01	1º grau concluído	20,00
Auxiliar de Serviços Gerais	27	01	1º grau (2ª série concluída)	20,00
Atendente Judiciário de Entrância Especial	17	01	1º grau concluído	20,00
Telefonista	04	-	1º grau concluído	20,00
Oficial de Manutenção	11	01	1º grau (6ª série concluída) acrescido de curso de formação profissional nas áreas de: instalações prediais, marcenaria ou similares.	20,00
Totais	203	11		

*Tabela contida no Edital Esaf N°2, 14 de Janeiro de 2002. Concurso Público para o Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Ficamos impossibilitados de examinar os processos de nomeação de todos os aprovados, em virtude de os mesmos estarem em departamentos diferentes e até mesmo, em outros órgãos do Estado. Algumas das fontes pesquisadas não continham o certificado de conclusão do 2º grau, em virtude dos candidatos aprovados possuírem o diploma de conclusão do ensino superior, o que impossibilitou a identificação da origem da escola secundária.

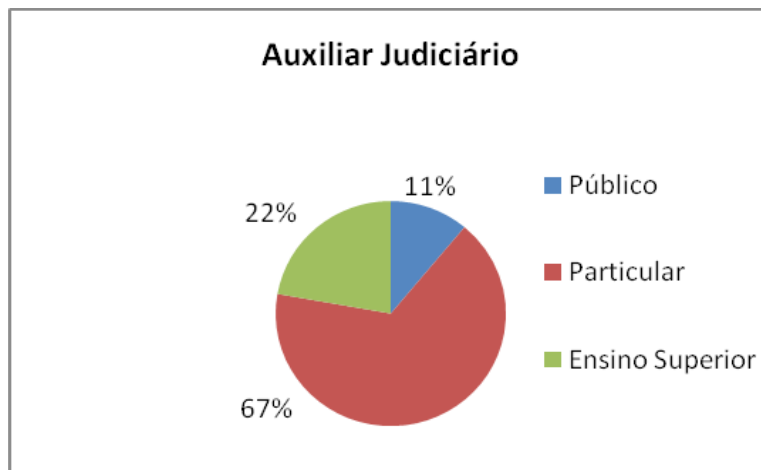
Observando os dados do concurso.

Observemos os dados do gráfico, referente ao cargo de Assistente de Administração Judiciária:



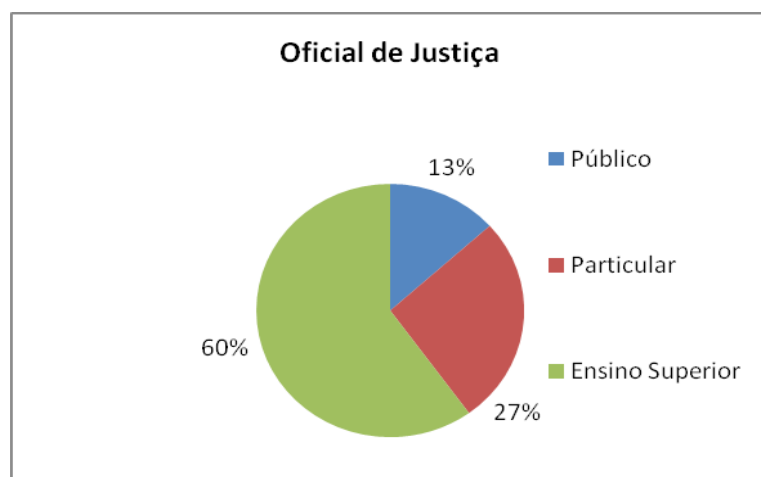
Das 47 vagas ocupadas no cargo de Assistente de Administração Judiciária, foram analisadas 28 fichas funcionais. Num percentual de amostragem de aproximadamente 60% dos ocupantes dos cargos, 11% são de nível superior, 14% são de escolas públicas e 75% são de colégios particulares.

Observemos os dados do gráfico referente ao cargo de Auxiliar Judiciário:



Das 25 vagas ofertadas para o cargo de Auxiliar Judiciário, foram analisadas 18 fichas funcionais. Num percentual de amostragem de 72% dos ocupantes dos cargos, 22% são de nível superior, 11% são de escolas publicas, e 67% são de colégios particulares.

Observemos os dados do gráfico, referente ao cargo de Oficial de Justiça:



Das 35 vagas ofertadas para o cargo de Oficial de Justiça, foram analisadas 21 fichas funcionais, um percentual de amostragem de 60% dos ocupantes dos cargos, deste percentual: 13% são de escola pública, 27% são de colégio particular, e 60% são de nível superior. Do percentual (60%) que corresponde ao nível superior, deste, conforme examinamos, aproximadamente 53% são do curso de

Direito da UFC (Universidade Federal do Ceará) e 47% de outras universidades em diversas áreas, incluindo Direito.

O cargo de Oficial de Justiça merece um destaque especial, visto que mais de 60% das fichas funcionais analisadas são de nível superior, e deste percentual mais de 50% são formados no curso de Direito da UFC (Universidade Federal do Ceará), ou seja, uma Universidade Pública. Com base no contexto social, com os dados do relatório analítico da própria UFC, deduz-se que grande parte desse percentual não tem proveniência de escolas públicas, visto que o índice de alunos dessas escolas que passam no vestibular para cursar Medicina e Direito (que são cursos extremamente concorridos) naquela Universidade é muito baixo.

Sabemos das dificuldades que as escolas públicas enfrentam em virtude da aguda crise que passa o capital. Tal crise causa desigualdades sociais que vêm se agravando, principalmente nas comunidades sem infra-estrutura e condições básicas de sobrevivência. Essas desigualdades podem, num futuro próximo, causar profundas modificações nas relações sociais.

Ao examinar o resultado da nossa pesquisa, feita junto ao Tribunal de Justiça, é notável o baixo índice dos estudantes da Escola Pública no Concurso. Relativamente, não temos todos os dados exatos necessários para que a afirmação seja totalmente verdadeira. Talvez um relatório sócio-econômico, para que pudesse ser feita uma comparação de inscritos de entidades particulares e públicas possibilitaria mais sustentação à afirmativa. Porém, sabendo da limitação e do alcance deste trabalho, não é pretensão traçar um perfil completo da Escola Pública, em concurso público, e sim levantar questionamentos sobre a situação em que ela se encontra, fazer uma reflexão de sua participação na formação de grupos sociais afastados dos melhores cursos e de concursos públicos.

Sucintamente, algumas indagações podem ser feitas, partindo-se do pré-suposto de que no curso de Direito, bem como no serviço público, mais precisamente no Poder Judiciário cearense, permaneça por mais algum tempo somente alunos oriundos das escolas particulares e o mesmo percentual (atual) de aprovados das escolas públicas. Como ficará a “Justiça” do Estado do Ceará daqui a alguns anos? Composta somente por pessoas de uma mesma classe?

Possivelmente não existiria a carência do outro referencial? Como ficaria a balança do símbolo da Justiça?

Não é de hoje que observamos na sociedade uma dicotomia nos direitos inalienáveis ao cidadão trabalhador, a exemplo, educação, saúde, moradia, dentre outros. Ou seja, quase sempre um tipo de privilégio para indivíduos de grupos mais abastados, e um contexto estrutural de dificuldades para as pessoas mais pobres. Com base nesse contexto, não estaria a “Justiça” e o acesso ao “Direito” sendo submetidos a essa mesma dicotomia?

Retomemos nossos horizontes para a Escola Pública, visto que nosso trabalho também não se propõe a discutir o Poder Judiciário, mas sim, a participação que a escola pública nos moldes tradicional tem, e pode continuar a ter, neste Poder. Parece existir uma “corrente” com interesse de restringir o acesso das camadas mais humildes, e porque não dizer, os alunos de escolas públicas, “ao seu direito” de tornarem-se agentes que compõe e o fazem (o direito).

É importante advertir que não pretendemos engrossar as fileiras dos que acreditam que essa escola é um *lócus* de recuperação dos “marginais”. Para nós, não só a escola é responsável pela construção de uma sociedade livre, questionadora e com senso de justiça, como citado anteriormente, “ela pode muito”, como também acreditamos que uma escola pública gratuita e de qualidade é possível a todos os filhos: os nossos e os de todas as classes.

Considerações finais

Diante do quadro de miséria, violência e analfabetismo em que a população mais carente está fadada a viver, parece desconfortável fazer uma crítica à Escola Pública e conseqüentemente ao sistema de ensino acatado por ela, visto que, é com este nível de educação que ela tenta ser um agente transformador no meio em que está inserida. A Escola Pública é um importante elemento para as comunidades carentes, pois é responsável pela formação, pela qualificação dos filhos e também dos trabalhadores que formam essa classe, representa um horizonte, um objetivo ou talvez um sonho a ser alcançado por muitos, que têm a vontade de buscar o conhecimento como forma de transformação.

Podemos dizer ainda que nas escolas públicas, e também nas privadas, as de caráter filantrópicas, além das religiosas e outras ligadas a projetos e associações, representam um dos caminhos viáveis para uma sociedade igualitária, pois não há quem conteste que o conhecimento é um dos caminhos que faz do homem um ser de fato livre e consciente. O nosso caso em particular, simboliza esta questão com muita propriedade, pois tendo o autor deste trabalho sido aluno de uma escola pública, a qual nos colocou no caminho do conhecimento, é difícil não acreditar que é possível fazer da escola pública um lugar onde seja proporcionado uma educação de qualidade, um ambiente de questionamentos e com perspectiva de transformação da sociedade.

Reconhecemos, portanto, a importância de termos estudado em uma escola pública, e com propriedade podemos dizer que ela possibilitou condições de educação, posteriormente de trabalho e de aceitação no mundo social.

Retomando à Escola Professora Diva Cabral e às escolas públicas em geral, percebemos que há uma escolha que temos de fazer, dar um “ponta pé” inicial, chamar a sociedade para debater, procurar saídas, apontar soluções que visem uma escola pública de “qualidade”. Portanto, tornamos a fazer as mesmas indagações anteriores: o que queremos da Escola Pública? Como podemos contribuir para que

a Escola Pública chegue a um patamar satisfatório e com ensino de qualidade? O que precisa fazer o professor para dinamizar a educação e ensinar de forma multifuncional, buscando meios pra uma transformação social? Qual a contribuição que a Escola Pública pode trazer para que seja um espaço de emancipação do homem? O que leva uma escola com bom perfil, como a escola citada, a obter resultados tão aquém do esperado? São inúmeros os questionamentos que precisam da apreciação da sociedade, buscando discutir o assunto de um ângulo diferente, de forma incessante até que possamos começar a colher os frutos das propostas encontradas na busca de mudanças.

Conceituar uma educação que contribua para a formação integral humana nos parece um tanto difícil, porém temos condições de sinalizar e indicar uma metodologia de educação que desenvolva atividades que incentivem os educandos a terem compromisso, e a participar ativamente das lutas que estejam ligadas à transformação social, que muitas vezes, na visão capitalista, são confundidas com qualidade de vida e cidadania. Educação tem a propriedade indiscutível de promover a emancipação humana, conseqüentemente permitindo descobertas, permitindo aos indivíduos a apropriação do conhecimento, habilidades e valores que são inerentes a ela mesma.

Tomando como base essas indagações, consideramos um desconforto finalizar nossas provocações, deixando dúvida ao leitor de qual lado estamos e em que acreditamos. Por isso, sentimos a necessidade de esclarecer que a escola não deve ser a única responsável pela “normalização” dos “marginalizados”. Enquanto não houver uma mudança estrutural nas bases fundamentais do capitalismo, haverá imposição de um sistema no qual educação de qualidade “é para quem pode e não para quem quer”, o que se refletirá no acesso ao Serviço Público.

Nesse contexto a Escola Pública, no limite das suas contradições, apenas poderá mudar a vida de sujeitos como nós e como alguns poucos felizardos. Todavia, vale a máxima da matemática: somos uma exceção, para provar que existe uma regra.

REFERÊNCIAS

BARRETO FILHO, Benigno e SILVA, Cláudio Xavier. **Matemática aula por aula** – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**, Brasília: MEC / SEF, 1997. v.3.

CANDAU, Vera Lúcia (org.). **A Didática em questão**. Belo Horizonte: Cortez, 1982.

CEARÁ. **Histórico da Escola de Ensino Fundamental e Médio**. Professora Diva Cabral. 2001. (Mimeo)

CUNHA, Luiz A. **As agências financeiras internacionais e a reforma brasileira do ensino técnico: a crítica da crítica**. In: ZILBAS, Dagmar M. L.; AGUIAR, Márcia Ângela de S.; BUENO, Maria S. S. (Orgs.). **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional**. Boletim Técnico Senac, Rio de Janeiro, 1999.

GIOVANNINI, José Ruy; CASTRUCCI, Bededito e GIOVANNI JR, José Ruy. **A conquista da matemática**. Volume 4. São Paulo. Editora FTD, 1992.

IANNI, Octávio. **A ideologia de Brasil moderno**: São Paulo: Brasiliense, 1992.

KUENZER, Acácia. **O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. Educação & Sociedade, n. 70, Campinas, SP: Cedes, Ano XXI, abr. 2000.

MANACORDA, Mario. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, Derivaldo. **A reforma no ensino técnico-profissionalizante: Uma política pública a serviço do mercado?**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

_____. **A problemática histórica do dualismo educacional: de Nilo Peçanha a Jarbas Passarinho**. I Encontro Regional Sobre Formação e Práticas Docentes-EFPD2005. UECE, Fortaleza, 2005.

_____. **História contexto e perspectivas das práticas pedagógicas brasileiras: aproximações introdutórias**. 2006, (mimeo).

ROMANELLI, Otaiza de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: RJ, Vozes, 1980.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1985.

ANEXO 1

Metas

- Aplicar a matemática nas situações do dia-a-dia, buscando relacionar a teoria com a prática, facilitando, desse modo, a aprendizagem do aluno;
- Valorizar raciocínios, proporcionando situações em que o aluno possa tomar decisões, confrontando resultados e discutindo idéias;
- Desenvolver o espírito questionador dos alunos;
- Usar os temas transversais propostos pelos PCN's.

ANEXO 2

Atividades e Procedimentos

As aulas são trabalhadas com:

- Jogos;
- Explicação na lousa;
- Cartazes;
- Trabalho em Grupo;
- Atividade na folha, no caderno e no livro didático;
- Debate;
- Dinâmica.

ANEXO 3

Meses / Dias	Fevereiro				Março			Abril				Maio					Junho			Julho	
Aulas	4	11	18	28	4	11	18	1	8	15	29	3	6	11	13	20	10	17	20	1	8
Aulas Teóricas	X	X	X		X																
Escolha do Colégio				X																	
Estudos Orientados											X									X	X
Observação						X	X	X	X	X											
Regência de Classe												X	X	X	X	X	X	X	X		
Encerramento																					

Cronograma

ANEXO 4

Recursos Humanos e Materiais

Recursos Humanos

- Professor
- Alunos

Recursos Materiais

- Livro Didático
- Lousa
- Giz
- Xérox
- Papel Ofício
- Cartolina
- Canetinha
- Régua
- Lápis
- Caneta
- Caderno

ANEXO 5

Escola: DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA DIVA CABRAL

PLANO DE AULA 01

Disciplina: MATEMÁTICA

Professor(a): FIRMEZA **Ensino:** FUNDAMENTAL I E II

Tempo: 2h

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
Compreender o conceito de Potência; Conhecer e empregar as (Potência) propriedades.	Potência	Ler o conteúdo com o grupo em voz alta; Explicação no quadro; Resolução de exercícios da pág. 7 tirando as dúvidas.	Atividade escrita; Desempenho; Interesse dos alunos.

Escola: DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA DIVA CABRAL

PLANO DE AULA 02

Disciplina: MATEMÁTICA

Professor(a): FIRMEZA **Ensino:** FUNDAMENTAL I E II

Tempo: 2h

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AVALIAÇÃO
Identificar a expressão a^{-1} , com $a \neq 0$, como uma potência, e tal que $a^{-1} = 1/a$	Potência de um número real com expoente inteiro negativo	Explicação no quadro; Debate; Atividade de Classe no livro pág. 12; Correção na lousa com participação dos alunos.	Participação grupal e individual nos trabalhos práticos em sala.

Escola: DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA DIVA CABRAL

PLANO DE AULA 03

Disciplina: MATEMÁTICA

Professor(a): FIRMEZA **Ensino:** FUNDAMENTAL I E II

Tempo: 2h

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AVALIAÇÃO
Usar corretamente as propriedades da potenciação para simplificar uma expressão.	Transformando e simplificando uma expressão.	Conversa Dirigida; Explicação na lousa; Apresentação de cartaz; Atividade em dupla no livro pág. 16; Correção na lousa.	Verificar o desempenho dos alunos nos seguintes aspectos: Atenção Participação Interesse Atividade Escrita

Escola: DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA DIVA CABRAL

PLANO DE AULA 04

Disciplina: MATEMÁTICA

Professor(a): FIRMEZA **Ensino:** FUNDAMENTAL I E II

Tempo: 2h

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AVALIAÇÃO
Revisar o conteúdo estudado	Revisão de Potência	Conversa informal; Dinâmica; Explicação no quadro; Jogos.	Atividade Escrita; Participação; Interesse; Desempenho.

Escola: DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA DIVA CABRAL

PLANO DE AULA 05

Disciplina: MATEMÁTICA

Professor(a): FIRMEZA **Ensino:** FUNDAMENTAL I E II

Tempo: 2h

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AVALIAÇÃO
Conhecer as	Radical aritmético e	Explicação na lousa;	Verificação do

propriedades com radicais; Simplificar um radical quando possível, aplicando as propriedades com radicais.	suas propriedades	Leitura do conteúdo; Trabalho em grupo.	desempenho nos exercícios em grupo.
---	-------------------	--	-------------------------------------

Escola: DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA DIVA CABRAL

PLANO DE AULA 06

Disciplina: MATEMÁTICA

Professor(a): FIRMEZA **Ensino:** FUNDAMENTAL I E II

Tempo: 2h

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AVALIAÇÃO
Reconhecer radicais semelhantes; Adicionar os radicais semelhantes; Simplificar expressões que apresentam radicais semelhantes.	Adicionando algebricamente, dois ou mais radicais.	Explicação na lousa; Resolução dos exercícios no livro pág. 32	Participação; Interesse; Atividade de Fixação.

Escola: DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA DIVA CABRAL

PLANO DE AULA 07

Disciplina: MATEMÁTICA

Professor(a): FIRMEZA **Ensino:** FUNDAMENTAL I E II

Tempo: 2h

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AVALIAÇÃO
Efetuar corretamente a multiplicação de duas expressões que contêm radicais; Utilizar as regras dos produtos notáveis para desenvolver potências que contêm radicais.	Multiplicando expressões radicais com	Explicação na lousa; Apresentação de cartaz; Atividade no livro pág. 35.	Participação nos exercícios propostos; Interesse.

Escola: DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA DIVA CABRAL

PLANO DE AULA 08

Disciplina: MATEMÁTICA

Professor(a): FIRMEZA **Ensino:** FUNDAMENTAL I E II

Tempo: 2h

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AVALIAÇÃO
Efetuar corretamente a divisão entre duas expressões que envolvem radicais; Identificar os índices dos radicais no problema.	Dividindo expressões com radicais	Explicação na lousa; Resolução dos exercícios na lousa, passando o visto nos cadernos.	Verificar o desempenho dos alunos nos seguintes aspectos: Atenção Participação Atividade Escrita

Escola: DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA DIVA CABRAL

PLANO DE AULA 09

Disciplina: MATEMÁTICA

Professor(a): FIRMEZA **Ensino:** FUNDAMENTAL I E II

Tempo: 2h

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AVALIAÇÃO
Avaliar a aprendizagem dos alunos nos conteúdos estudados	Avaliação	Conversa Dirigida; Explicação; Avaliação	Atividade Escrita; Participação; Interesse; Desempenho dos alunos.

Escola: DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA DIVA CABRAL

PLANO DE AULA 10

Disciplina: MATEMÁTICA

Professor(a): FIRMEZA **Ensino:** FUNDAMENTAL I E II

Tempo: 2h

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AVALIAÇÃO
Reconhecer os polígonos equivalentes como aqueles que tem áreas iguais na mesma unidade identificar a área do quadrado.	Área de uma região quadrada	Explicação na lousa como se chega a fórmula da área do quadrado; Atividade no livro pág. 234; Correção na lousa com participação dos alunos.	Participação; Interesse; Atividade de Fixação.

Escola: DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA DIVA CABRAL

PLANO DE AULA 11

Disciplina: MATEMÁTICA

Professor(a): FIRMEZA **Ensino:** FUNDAMENTAL I E II

Tempo: 2h

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AVALIAÇÃO
Determinar por meio da fórmula própria, a área do triângulo; Identificar os tipos de triângulo existentes.	Área do triângulo	Explicação na lousa; Atividade no livro pág. 236; Correção na lousa.	Participação; Interesse; Atividade de Fixação.

Escola: DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA DIVA CABRAL

PLANO DE AULA 12

Disciplina: MATEMÁTICA

Professor(a): FIRMEZA **Ensino:** FUNDAMENTAL I E II

Tempo: 2h

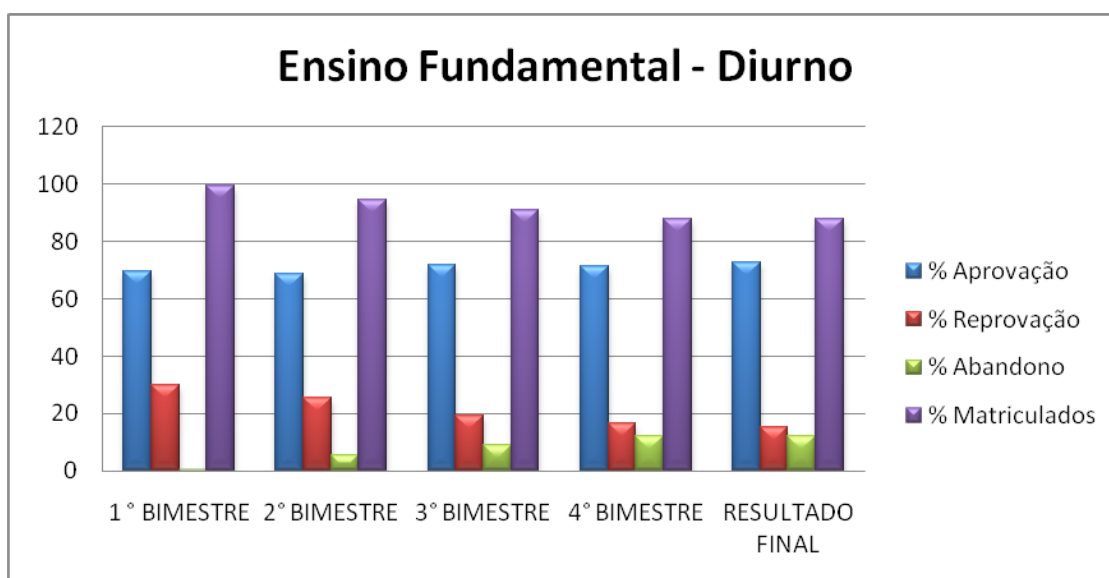
OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AVALIAÇÃO
Deduzir e aplicar corretamente a lei dos senos num triângulo qualquer; Deduzir e aplicar corretamente a lei dos co-senos num triângulo qualquer.	Trigonometria; Relações trigonométricas em um triângulo qualquer.	Explicação na lousa; Leitura do conteúdo; Apresentação de cartaz; Atividade no livro pág. 212.	Atividade Escrita; Arguições orais; Desempenho e interesse dos alunos.

ANEXO 6

ENSINO FUNDAMENTAL - DIURNO

	1° BIMESTRE	2° BIMESTRE	3° BIMESTRE	4° BIMESTRE	RESULTADO FINAL
Aprovação	166	164	171	170	173
Reprovação	71	61	46	39	36
Abandono	1	13	21	29	29
Total	238	238	238	238	238
Matriculados	237	225	217	209	209

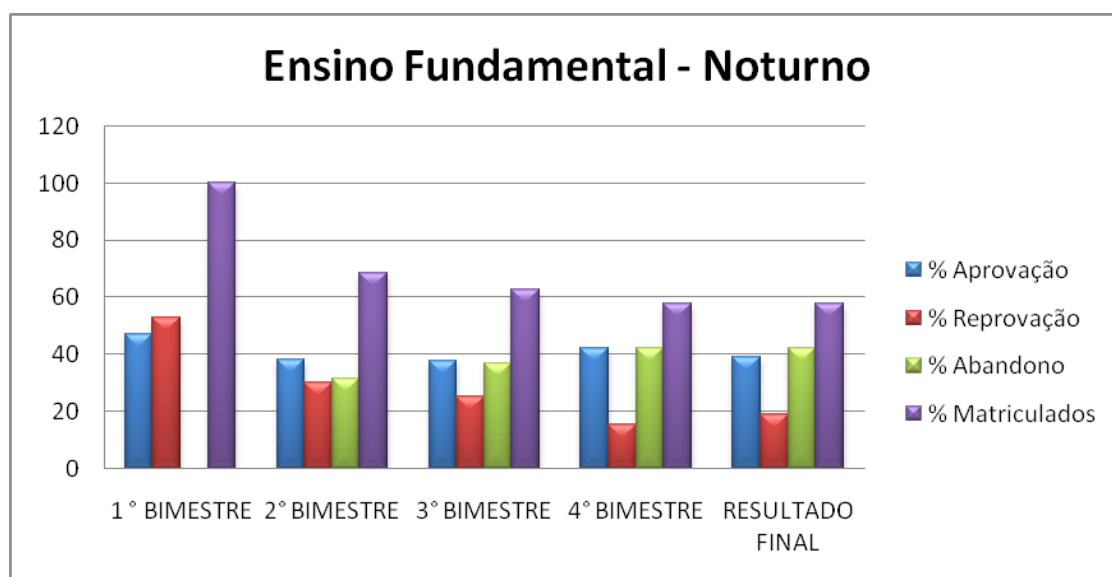
	1° BIMESTRE	2° BIMESTRE	3° BIMESTRE	4° BIMESTRE	RESULTADO FINAL
% Aprovação	69,7	68,9	71,8	71,4	72,7
% Reprovação	29,9	25,6	19,3	16,4	15,1
% Abandono	0,4	5,5	8,9	12,2	12,2
Total	100	100	100	100	100
% Matriculados	99,6	94,5	91,1	87,8	87,8



ENSINO FUNDAMENTAL - NOTURNO

	1° BIMESTRE	2° BIMESTRE	3° BIMESTRE	4° BIMESTRE	RESULTADO FINAL
Aprovação	65	61	60	67	62
Reprovação	73	48	40	25	30
Abandono	-	50	59	67	67
Total	138	159	159	159	159
Matriculados	138	109	100	92	92

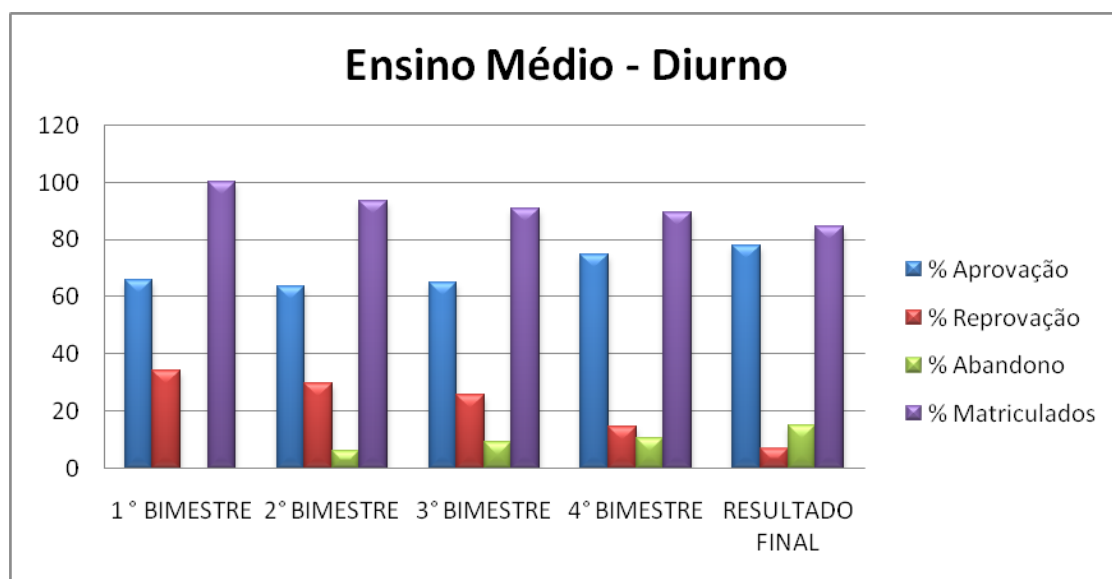
	1° BIMESTRE	2° BIMESTRE	3° BIMESTRE	4° BIMESTRE	RESULTADO FINAL
% Aprovação	47,1	38,4	37,7	42,2	39
% Reprovação	52,9	30,2	25,2	15,7	18,9
% Abandono	0	31,4	37,1	42,1	42,1
Total	100	100	100	100	100
% Matriculados	100	68,6	62,9	57,9	57,9



ENSINO MÉDIO - DIURNO

	1° BIMESTRE	2° BIMESTRE	3° BIMESTRE	4° BIMESTRE	RESULTADO FINAL
Aprovação	187	181	185	212	221
Reprovação	97	85	73	42	20
Abandono	-	18	26	30	43
Total	284	284	284	284	284
Matriculados	284	266	258	254	241

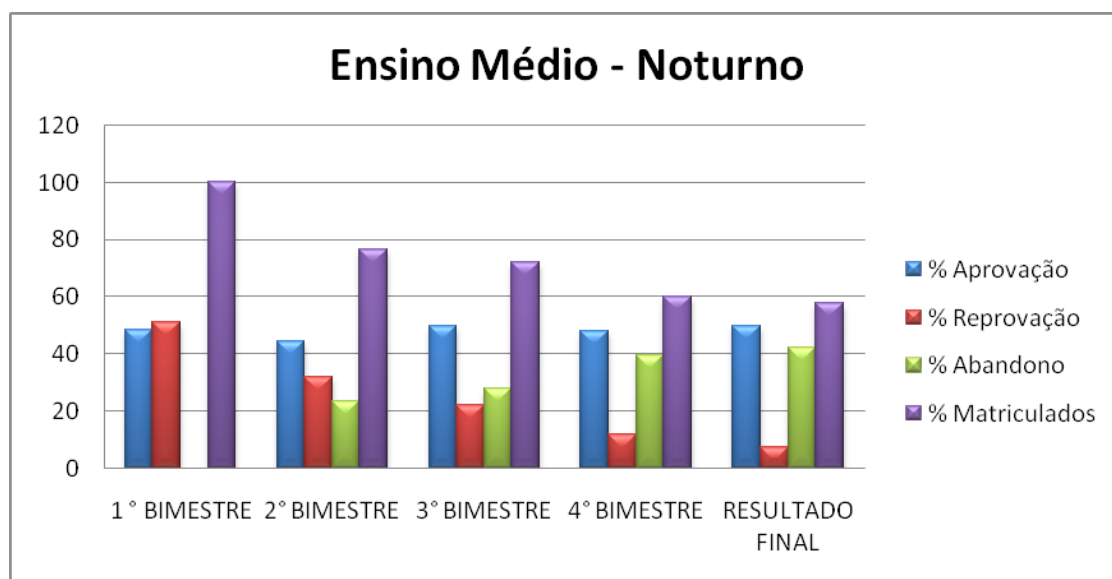
	1° BIMESTRE	2° BIMESTRE	3° BIMESTRE	4° BIMESTRE	RESULTADO FINAL
% Aprovação	65,8	63,8	65,1	74,6	77,8
% Reprovação	34,2	29,9	25,7	14,7	7
% Abandono	0	6,3	9,2	10,7	15,2
Total	100	100	100	100	100
% Matriculados	100	93,7	90,8	89,3	84,8



ENSINO MÉDIO - NOTURNO

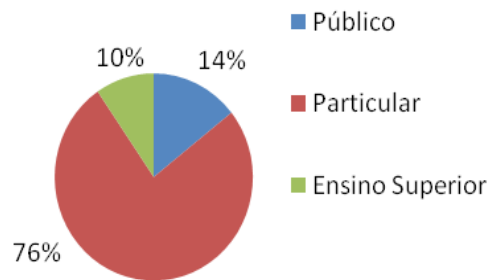
	1° BIMESTRE	2° BIMESTRE	3° BIMESTRE	4° BIMESTRE	RESULTADO FINAL
Aprovação	114	104	117	113	117
Reprovação	120	75	52	28	18
Abandono	-	55	65	93	99
Total	234	234	234	234	234
Matriculados	234	179	169	141	135

	1° BIMESTRE	2° BIMESTRE	3° BIMESTRE	4° BIMESTRE	RESULTADO FINAL
% Aprovação	48,7	44,4	50	48,2	50
% Reprovação	51,3	32,1	22,2	12	7,7
% Abandono	0	23,5	27,8	39,8	42,3
Total	100	100	100	100	100
% Matriculados	100	76,5	72,2	60,2	57,7

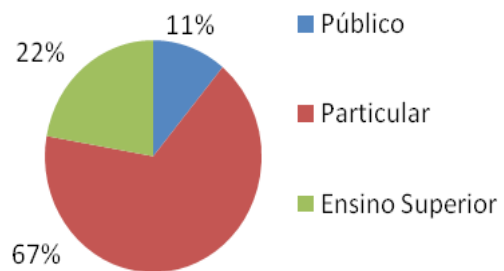


ANEXO 7

Assistente Administração Judiciária



Auxiliar Judiciário



Oficial de Justiça

